



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

O tufão Hato causou graves prejuízos em Macau, provocando feridos e mortos. No entanto, antes de o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) divulgar o resultado da investigação ao antigo director dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (SMG) de Macau, Fong Soi Kun, a Administração autorizou o seu pedido para aposentação, permitindo-lhe mensalmente continuar a receber pensão de aposentação, facto que causou a insatisfação do público e ainda dúvidas sobre a razão pela qual um governante que falhou no desempenho das suas funções não é alvo de responsabilização. Assim sendo, o Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça apontou que a aposentação voluntária do antigo director não impedia não só a instrução de um inquérito sobre a catástrofe de “23.08”, mas também a instrução de um inquérito do CCAC sobre o procedimento da previsão de tufões e a gestão interna da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, como também a efectivação posterior das eventuais responsabilidades disciplinares e penais. Um dia depois, a Secretária para a Administração e Justiça apontou que, tendo em conta que o referido pedido não tinha cumprido a respectiva disposição legal, tinha-se procedido então à revogação do referido despacho de fixação da pensão de aposentação, mas tratou-se de uma resolução relativamente confusa.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

O regime de responsabilização dos governantes não conseguiu conquistar a confiança do público, e foram muitas as críticas. Isto deve-se ao facto de, no passado, muitas das investigações contra governantes terem caído em saco roto, e poucos foram os dirigentes responsabilizados. Por exemplo, o CCAC divulgou, em Julho do ano passado, o Relatório de investigação sobre o caso da permuta do terreno da Fábrica de Panchões Iec Long, no qual aponta que o respectivo terreno foi concedido ilegalmente por dirigentes. Posteriormente, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, manifestou que ia solicitar ao CCAC que efectuasse uma investigação sobre o referido caso para apurar se alguém tinha praticado crime de corrupção ou crime de fraude, e ainda ia solicitar à entidade competente para, tendo em conta o referido caso, instaurar, nos termos da lei, um processo relativo ao acto de infracção disciplinar. Mas, lamentavelmente, já se passou mais de um ano e ainda nada foi divulgado.

Mais um outro exemplo ainda, o CCAC divulgou, em Março do corrente ano, o Relatório de investigação sobre o recrutamento de trabalhadores em regime de aquisição de serviços por parte do Instituto Cultural (IC), no qual aponta que o IC recorria ao modelo de aquisição de serviços para contornar os procedimentos de abertura de concursos para recrutamento de trabalhadores dos serviços públicos, facto que violou as respectivas normas legais do Regime jurídico da Função Pública. O Secretário para os Assuntos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Sociais e Cultura, Alexis Tam, manifestou em Abril que, tendo em conta a existência de indícios de violação dos “deveres geral e especial” legais por parte do respectivo dirigente, ia então instaurar um processo disciplinar contra o respectivo dirigente. No entanto, já se passaram mais de 5 meses, e os resultados da investigação e do processo disciplinar não foram divulgados.

A sociedade quer um regime perfeito de responsabilização dos governantes, com vista a regular os governantes cujo desempenho é medíocre, que cometem ilegalidades administrativas, que nunca fazem nada e levam a um mau desempenho dos serviços públicos, devendo estes assumir a responsabilidade pelos serviços sob sua tutela e esforçar-se por reduzir ou evitar algumas situações de falta de actuação ou de actuação indevida. Através da efectiva concretização do regime de responsabilização dos governantes, toda a equipa de funcionários públicos pode sentir que há lugar à regulação dos dirigentes e que a mesma não será afectada por compadrio nem nepotismo, pois só assim é que conseguirá ter vitalidade e energia.

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. As autoridades prometeram dar a conhecer ao público as situações de acompanhamento dos referidos casos e dos processos instaurados.  
Quando é que isto vai ser feito?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. Como é que as autoridades vão aperfeiçoar o regime de responsabilização, para que os governantes que infringiram a lei sejam efectivamente punidos? E de que mecanismos claros dispõem para exigir responsabilidades aos governantes cujo desempenho é insatisfatório, incluindo omissões e irregularidades?

29 de Setembro de 2017

A Deputada à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,

Lei Cheng I